



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS -
MMFDH
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL - SNPIR
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

**ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 15 E 16 DE DEZEMBRO DE
2021**

1 Aos quinze e dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, reuniu-se, por meio da
2 Plataforma *Teams* por videoconferência, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da
3 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, para a sua
4 Septuagésima Sexta Reunião Ordinária, com a participação dos seguintes Conselheiros e
5 Conselheiras representantes do Governo: Titular **Paulo Roberto** (Secretaria Nacional de Políticas
6 de Promoção de Igualdade Racial - SNPIR/MMFDH); Titular **Sérgio de Oliveira** (Ministério da
7 Educação – MEC); Titular **Alexandre Rocha** (Fundação Nacional do Índio); Suplente **Marco**
8 **Antônio Evangelista** (Fundação Cultural Palmares); Suplente **Amanda Alves Canejo Bastos**
9 (Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoal/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e
10 Governo Digital do Ministério da Economia – SGP/SEDGG/ME); Suplente **Laura Nascimento**
11 **Moreira** (Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/Secretaria Especial de Produtividade,
12 Emprego e Competitividade do Ministério da Economia). Sociedade Civil: Titular **Juliana Chagas**
13 **da Silva Mittelbach** (Rede Mulheres Negras – PR); Titular **Maria Jane Soares Targino**
14 **Cavalcante** (Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado Paraíba – ASCOCIC);
15 Suplente **Sérgio Eduardo Menezes Silva** (Instituto Brasileiro de Apoio aos Segmentos Étnicos-
16 Raciais – IBASER); Titular **Ruth Goldberg** (Confederação Israelita do Brasil); Titular **Marcilânia**
17 **Gomes Alcântara Figueiredo** (Associação Comunitária Otávia Maria); Titular **Juliano Bueno de**
18 **Araújo** (Instituto Internacional Arayara); Titular **Maria de Jesus Moura** (Conselho Federal de

19 Psicologia – CFP); Titular **Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konamannajy** (Associação
20 Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU); Titular **Valdinalva Barbosa**
21 **dos Santos Caldas** (Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa do Povo Cigano); Suplente
22 **João Batista Nogueira** (Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa do Povo Cigano);
23 Suplente **Rosemberg Moraes Caitano** (Instituto EcoVida); Titular **Elisa Urbano Ramos**
24 (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo –
25 APOINME); Titular **Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves** (Movimento Pardo-Mestiço
26 Brasileiro); Suplente **Jerson Cesar Leão Alves** (Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro); Suplente
27 **Lucilene Vitório Rodrigues** (Instituto de Tradições e Cultura Afro-Brasileira); Titular **Rogério**
28 **Ribeiro Nascimento** (Instituto de Cultura, Desenvolvimento Social e Territorial do Povo Cigano do
29 Brasil); Titular **Ednalva Bispo dos Santos** (Associação Nacional das Mulheres Ciganas).
30 Convidada: **Karen Dido Sasson** (Confederação Israelita do Brasil – CONIB). A Reunião também
31 contou com a presença do **Sr. Helbert Garandy Pitorra** (Coordenador-Geral de Conselhos da
32 SNPIR – Secretário-Executivo do CNPIR). Dando início aos trabalhos do primeiro dia com a
33 verificação do quórum, a Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach cumprimentou a
34 todos e informou que o Presidente Paulo Roberto justificou a sua ausência no início da reunião
35 devido à participação de atividade da SNPIR. Em seguida, foi apresentada a seguinte proposta de
36 pauta e de ordem do dia para votação/aprovação: Dia 15/12: 14h15 - Abertura, apresentação e
37 saudações; 14h20 - Verificação da presença e da existência de quórum para instalação do colegiado
38 (Regimento Interno - Art. 12, §§1º e 2º, Art. 14, inciso I); 14h30- Leitura e aprovação da ordem do
39 dia (Regimento Interno - Art. 14, inciso III); 14h40 - Análise da Moção em desfavor da Fundação
40 Cultural Palmares (votação); 15h - Inscrições para Fala; 15h30 - Informação acerca do Ofício
41 encaminhado à Fundação Cultural Palmares; 15h40 - Apresentação do Plano de Trabalho da
42 Fundação Cultural Palmares (Conselheiro Marco Antônio); 16h10 - Inscrição para Fala; 16h40 -
43 Apresentação e aprovação do Calendário de Trabalho do CNPIR – Ano 2022; 17h10 - Inscrição
44 para Fala; 17h20 – Informes; 17h30 - Considerações Finais e Encerramento. Dia 16/12: 14h –
45 Abertura; 14h15 - Verificação da presença e da existência de quórum para instalação do colegiado
46 (Regimento Interno - Art. 12, §§1º e 2º, Art. 14, inciso I); 14h30 - Apresentação CONIB –
47 Confederação Israelita do Brasil; 15h- Inscrições para fala; 15h20 - Apresentação Ministério da
48 Cidadania – Retorno; 15h40 - Inscrições para fala; 16h - Informes Gerais; 16h20 - Considerações
49 Finais e Encerramento. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caitano questionou sobre a realização de

50 informes sobre a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), sendo
51 esclarecido que a Secretaria Executiva do CNPIR apresentará o roteiro de viagens para
52 acompanhamento dos movimentos estaduais e a proposta de calendário para as reuniões das
53 Comissões e Subcomissões da V CONAPIR nos informes. O Conselheiro Jerson Cesar Leão Alves
54 relatou que houve a publicação da Resolução nº 24, de 09 de dezembro de 2021, no Diário Oficial
55 da União, na qual cita que se trata de uma deliberação da 74ª Reunião Ordinária do CNPIR feita nos
56 dias 29 e 30 de novembro, solicitando explicações, uma vez que a 75ª Reunião Ordinária, na qual
57 houve a posse dos novos membros da sociedade civil, foi realizada antes da referida reunião. O Sr.
58 Helbert Garandy Pitorra esclareceu que a 74ª Reunião Ordinária do CNPIR foi realizada nos dias 29
59 e 30 de setembro de 2021, havendo um erro em relação à indicação da data. Registrada a ausência
60 de quórum para deliberação, o Conselheiro Juliano Bueno de Araújo questionou sobre a existência
61 de item no Regimento Interno que trata sobre a ausência sucessiva de membros sem a justificativa
62 de ausência e sobre o monitoramento dessa questão. A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva
63 Mittelbach explanou que, desde a provocação realizada pelas comissões sobre a ausência dos
64 conselheiros em suas reuniões, já foi iniciado o questionamento em relação às presenças,
65 especialmente, dos representantes do governo, sendo que foi encaminhado documento informando
66 sobre a importância do CNPIR. Prosseguindo à Análise da Moção em desfavor da Fundação
67 Cultural Palmares, a Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach realizou a leitura da
68 proposta de Moção do CNPIR sobre Fundação Cultural Palmares e ao atual Presidente Sergio
69 Camargo. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Marco Antônio Evangelista registrou que a
70 sua explanação não tem o propósito de defender a postura adotada pelo Presidente da Fundação
71 Cultural Palmares, ponderando que não podem confundir a existência do órgão com o seu atual
72 dirigente e que há distorções em relação aos dados apresentados na moção, exemplificando. Relatou
73 que a aprovação de uma moção sem o quórum suficiente seria questionado na justiça. A Vice-
74 Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach afirmou que compreende o posicionamento do
75 representante da Fundação Cultural Palmares, explanando que a moção ressalta a importância dessa
76 Fundação para a sociedade brasileira em seus primeiros parágrafos e apenas traz que a atual gestão
77 não está dando a devida significância. Com relação aos editais, observou que o problema não está
78 relacionado à quantidade de editais publicados, mas ao seu conteúdo. O Conselheiro Juliano Bueno
79 de Araújo recordou que a Lei nº 8112/1990 e a Lei nº 14.204 estabelecem claramente a questão de
80 demissão e exoneração em relação a qualquer servidor público em cargo em comissão. Observou

81 que o cargo atual presidente da Fundação Cultural Palmares seria um cargo político, cabendo à
82 Ministra ou ao Presidente da República o pedido de exoneração ou demissão. Sugeriu que as
83 organizações que se sentirem lesadas pelas condutas adentrassem com ação civil pública e ação
84 crime na Corte Federal no sentido de estabelecer os danos morais, coletivos e difusos e os prejuízos
85 trazidos às comunidades afetadas pela má administração. Colocou o Departamento Jurídico do
86 Instituto Arayara à disposição das entidades que desejarem adentrar na proteção dos seus direitos e
87 pontuou que é meritória a condução dessa moção. O Conselheiro Jerson Cesar Leão Alves citou
88 uma frase de Gilberto Freire sobre a mestiçagem e questionou se o Movimento Pardo-Mestiço
89 Brasileiro foi contabilizado nos 50% de representações de movimento negros do Conselho citado na
90 moção, solicitando a sua exclusão caso tenha sido considerado. Comentou que, apesar das
91 divergências, o Presidente Sergio Camargo possui o mérito de ser o primeiro presidente a defender
92 que as pessoas pardas não são negras. A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach
93 explanou que retirou a menção dos 50% da moção, colocando que parte desse colegiado é
94 constituída por representações do movimento negro brasileiro. Informou que a definição das
95 características étnico-raciais é prevista em lei. Registrou a chegada do Presidente Paulo Roberto,
96 realizando um breve resgate dos trabalhos realizados até o momento e passando-o a condução da
97 reunião. Sugeriu que a moção fosse aprovada por *ad referendum* devido à falta de quórum. O
98 Presidente Paulo Roberto agradeceu pela colaboração da vice-presidente e informou que estava
99 tentando resolver o problema da Sra. Simone Diniz que sofreu ataque racista em 1997. O
100 Conselheiro Jerson Cesar Leão Alves esclareceu que o próprio Regimento Interno do CNPIR
101 incluiu em seu art. 3º, inciso 12, uma proposta de atualização das atividades de promoção da
102 igualdade étnico-racial, entendendo que há problemas em questionar leis equivocadas. Com relação
103 à classificação de pardos como negros, destacou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
104 (IBGE) nunca classificou os pardos como negros. A Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão
105 Alves observou que a moção trata de algumas questões pessoais, entendendo que devem respeitar o
106 posicionamento pessoal do presidente da Fundação Cultural Palmares. Afirmou que é contrária a
107 moção, uma vez que é antidemocrático silenciar uma pessoa que possui um pensamento diferente.
108 O Conselheiro Marco Antônio Evangelista explanou que o teor dos editais é uma prerrogativa de
109 cada administração e afirmou que foi realizada consulta pública para alteração do logótipo da
110 Fundação em forma de concurso. Manifestou que também é contrário à aprovação da moção. O
111 Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva esclareceu aos novos conselheiros que a moção foi

112 elaborada após várias tentativas do CNPIR em dialogar com o presidente da Fundação Cultural
113 Palmares. O Conselheiro Juliano Bueno de Araújo sugeriu que a votação seja realizada apenas
114 quando houver quórum suficiente para deliberação e registrou que as entidades e conselheiros
115 poderão elaborar nota pública ou carta aberta, além de outros encaminhamentos legais caso não haja
116 a aprovação da moção. A Conselheira Ruth Goldberg entendeu que é necessário avaliar as ações
117 realizadas pela liderança da Fundação Cultural Palmares e as discussões dos temas relevantes para
118 os negros do país, externando a sua preocupação quando se perde a relevância de manifestação do
119 CNPIR quanto aos acontecimentos. A Conselheira Maria de Jesus Moura expressou o seu
120 desconforto pela falta de respeito à pauta colocada, visto que o CNPIR é composto por um coletivo
121 que representa grupos alvos de violências diversas. Destacou que o objetivo desse colegiado é criar
122 forças coletivas. A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach registrou que a Fundação
123 Cultural Palmares sempre teve acento permanente desde a criação do CNPIR e o seu titular nunca
124 participou de nenhuma reunião. Salientou que não se trata de uma questão individual, tendo em
125 vista que o presidente da Fundação cita que os movimentos negros são formados por antas, por
126 pessoas deletérias e burras, reproduzindo práticas racializadas. Afirmou que é favorável a aprovação
127 da moção, porém, justificou que terá que se ausentar da reunião nesse momento. A Conselheira
128 Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas aderiu o posicionamento dos representantes dos movimentos
129 negros, discorrendo que é favorável à moção. O Conselheiro Marco Antônio Evangelista lembrou
130 que não está presente para realizar nenhuma defesa pessoal ao Sr. Sergio Camargo e esclareceu que
131 a ausência da Fundação em algumas reuniões se deve por alguns atropelos durante essa gestão, não
132 sendo proposital. Assumiu o compromisso de estar presente para apresentar todos os
133 esclarecimentos e documentos necessários. Finalizadas as inscrições para manifestação, verificou-se
134 novamente o quórum. Não havendo ainda quórum necessário para aprovação da moção, o
135 Presidente Paulo Roberto explanou que tem sido uma luta constante a busca de presença nas
136 reuniões do Conselho. Discorreu que busca separar a Fundação Cultural Palmares do seu
137 presidente, visto que a Fundação foi extremamente importante no enfrentamento da insegurança
138 alimentar em 2021. Sugeriu seguir ao próximo item de pauta que trará mais informações sobre a
139 Fundação. A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach observou que podem continuar os
140 debates apesar da não existência de quórum qualificado. Seguindo à apresentação do Plano de
141 Trabalho da Fundação Cultural Palmares, o Conselheiro Marco Antônio Evangelista apresentou o
142 Plano Geral de Iniciativas da Fundação Cultural Palmares de 2021, destacando as iniciativas

143 realizadas pelas áreas finalísticas: Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA),
144 Departamento de Fomento e Produção da Cultura Afro-Brasileira (DEP), Centro Nacional de
145 Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), Procuradoria Federal, Auditoria Interna,
146 Representação Regional/Alagoas, Representação Regional/São Paulo, Representação Regional/Rio
147 de Janeiro. Também apresentou as iniciativas realizadas pela Coordenação Geral de Gestão Interna
148 (CGE) e pela Coordenação de Gestão Interna (CGI). Registrou a mudança de endereço físico da
149 Fundação Cultural Palmares, o que resultou na economia de cerca de R\$ 4.000.000,00, os quais
150 serão destinados às áreas finalísticas. O Presidente Paulo Roberto agradeceu pela apresentação e
151 destacou a importância da Fundação. O Conselheiro Marco Antônio Evangelista complementou que
152 a Fundação Cultural Palmares conta com 23 servidores efetivos, três servidores cedidos, 13
153 servidores requisitados e 19 servidores comissionados. Explicou que os servidores, principalmente
154 os efetivos, são muito dedicados e empenhados na sobrevivência do órgão independentemente da
155 sua direção. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata
156 Konamannajy relatou que o representante da Fundação Cultural Palmares não tem conhecimento
157 sobre a situação do estado da Bahia, ponderando que a falta de atuação do órgão está causando uma
158 situação de discórdia entre os quilombos devido à insegurança alimentar. O Conselheiro Marco
159 Antônio Evangelista esclareceu que a Fundação está em fase de nomeação de um novo
160 representante para o estado da Bahia e por isso está respondendo pelo estado interinamente com
161 visitas periódicas. Com relação às cestas de alimentação, informou que a Fundação apenas
162 acompanha a distribuição da melhor forma possível. O Conselheiro Jerson Cesar Leão Alves
163 observou que a definição de público-alvo como fazedores de cultura os membros de CTQs
164 devidamente certificados pela Fundação Cultural Palmares e autodeclarados negros (pretos e
165 pardos) traz uma dificuldade, tendo em vista que a lei classifica como negros os autodeclarados
166 pretos e pardos. Salientou que há vários registros históricos mostrando a presença de mestiços nos
167 quilombos, sugerindo corrigir o texto para não causar qualquer tipo de constrangimento para as
168 pessoas pardas que não se identificam como negros. Não havendo mais manifestações, passou-se à
169 apresentação e aprovação do Calendário de Trabalho do CNPIR – Ano 2022. Antes de apresentar a
170 proposta de calendário, o Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konamannajy
171 questionou sobre a possibilidade de realização de reuniões presenciais em 2022, salientando que as
172 reuniões virtuais são muito cansativas. O Presidente Paulo Roberto informou que foi realizada
173 consulta sobre a viabilidade de realização de reuniões presenciais e estão aguardando a devolutiva.

174 Em seguida, foi apresentada a seguinte proposta de Calendário de Trabalho do CNPIR – Ano 2022:
175 Reuniões Ordinárias do CNPIR (quartas e quintas-feiras): 09 e 10 de março; 11 e 12 de maio; 13 e
176 14 de julho; 21 e 22 de setembro; e 09 e 10 de novembro. O Conselheiro Jerson Cesar Leão Alves
177 registrou a necessidade de realizar reuniões extraordinárias para analisar o texto do Regimento
178 Interno da V CONAPIR para contemplar a legislação referente aos mestiços. O Sr. Helbert Garandy
179 Pitorra explicou que estão apenas apresentando uma proposta de calendário, afirmando que as
180 considerações colocadas serão apreciadas. Dada a palavra a Conselheira Helderli Fideliz Castro de
181 Sá Leão Alves para explanação sobre o item anterior, sugeriu que as políticas públicas elaboradas
182 sejam orientadas pelo IBGE em relação às questões étnico-racial, o qual coloca que pretos e pardos
183 são diferenciados. Com relação ao calendário, discorreu que é necessário definir as datas,
184 concordando com a proposta apresentada. Informou que encaminhou um ofício solicitando a
185 inclusão da sua representação na Comissão de Articulação e de Metodologia da V CONAPIR.
186 Diante as manifestações, a Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach propôs a realização
187 de consulta ao setor jurídico do MMFDH sobre o entendimento existente referente à população
188 parda. Acatada a proposta, o Sr. Helbert Garandy Pitorra sugeriu que a pauta fosse encaminhada
189 para uma das comissões permanentes para que a Secretaria Executiva tenha um ponto de partida
190 para realização da consulta jurídica, o que também foi acatado. O Conselheiro Marco Antônio
191 Evangelista manifestou concordância quanto à questão da população parda e a Conselheira Helderli
192 Fideliz Castro de Sá Leão Alves solicitou que também fosse consultado o IBGE. Externadas todas
193 as opiniões e manifestações, o Presidente Paulo Roberto garantiu que o CNPIR debruçará sobre a
194 questão colocada, registrando o seu respeito pelas explicações feitas. Dando sequência, apresentou-
195 se a seguinte proposta de calendário de trabalho para as Comissões Permanentes do CNPIR (terça-
196 feira): 15 de fevereiro; 12 de abril; 14 de julho, 18 de outubro e 13 de dezembro. O Conselheiro
197 Sérgio Eduardo Menezes Silva sugeriu que fosse realizada uma revisão de todas as comissões
198 permanentes do Conselho antes de definir as datas de suas reuniões. O Presidente Paulo Roberto
199 solicitou que as duas questões não sejam excludentes, sendo sugerido pelo Conselheiro Sérgio
200 Eduardo Menezes Silva acrescentar apenas a ação de revisão, o que foi acatado. Dando sequência,
201 apresentou-se a seguinte proposta de calendário de trabalho do GT Cigano (quintas-feiras): 17 de
202 fevereiro, 14 de abril, 16 de julho e 18 de agosto. Não havendo comentários, passou-se a
203 apresentação da proposta de calendário de trabalho das comissões e subcomissões da V CONAPIR
204 (quartas-feiras): 09 de fevereiro (todas), 23 de fevereiro (exceto Coordenação Executiva), 02 de

205 março (apenas Coordenação Executiva), 09 de março (Reunião Ordinária CNPIR), 16 de março
206 (todas), 23 de março (todas), 30 de março (todas), 06 de abril (todas), 13 de abril (Coordenação
207 Executiva se reúne com todas), 20 de abril (apenas Coordenação Executiva), 27 de abril (todas). A
208 Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves questionou sobre a possibilidade de sua
209 representação ser incluída nas Comissões de Divulgação e de Relatoria da VI CONAPIR, sendo
210 esclarecida que não há possibilidade de incluir outros conselheiros na composição das comissões,
211 uma vez que todas já atingiram o limite estabelecido pelo decreto. O Presidente Paulo Roberto
212 acrescentou que são as comissões permanentes que necessitam de recomposição, ponderando que
213 podem acatar a contribuição ofertada para essas comissões. Não havendo quórum para aprovação,
214 deliberou-se que os calendários apresentados serão aprovados no segundo dia de reunião caso haja
215 quórum suficiente. Prosseguindo aos informes, o Sr. Helbert Garandy Pitorra apresentou o status de
216 assinatura do termo de posse dos representantes da sociedade civil, destacando que, até o momento,
217 assinaram o termo apenas os dois representantes do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro e o
218 representante titular do Instituto de Tradições e Cultura Afro-Brasileira. Destacou que a viagem ao
219 estado da Bahia já está aprovada e acontecerá a partir do dia 18 de janeiro. Em seguida, apresentou
220 o calendário e a escala de viagens referentes à V CONAPIR para os Grupos 1, 2 e 3, salientando
221 que o processo já se encontra em tramitação e há a expectativa de aprovação nos próximos dias.
222 Apresentou também a tabela com os quatro estados que ficaram pendentes de escala de viagens,
223 visto que as viagens foram definidas para 2022 e será necessária a aprovação do orçamento do
224 referido exercício. Abrindo para os informes dos conselheiros, o Conselheiro Raimundo Nonato
225 Pereira da Silva/Taata Konamannajy informou que a ACBANTU comemorará 21 anos de existência
226 e explanou que dará o retorno referente à visita ao estado da Bahia assim que dialogar com os
227 representantes dos movimentos. A Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves solicitou
228 que a Secretaria Executiva do CNPIR entrasse em contato com os demais conselheiros que ainda
229 não assinaram o termo de posse e notificou que será realizado o Natal do povo mestiço em Careiro
230 da Várzea/MA no dia 19 de dezembro. A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach
231 relatou sobre a viagem realizada para o município de São João do Meriti/RJ referente ao Dia
232 Internacional dos Direitos Humanos, na qual atingiram o objetivo desejado. O Conselheiro Jerson
233 Cesar Leão Alves registrou que o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul emitiu acórdão
234 trazendo que a exigência de fenótipo por tribunal racial é incompatível com o disposto na Lei nº
235 12.990/2014. Relatou sobre a publicação no *site* do MMFDH sobre adesão do estado do Amazonas

236 ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, observando que há um erro na informação
237 quanto à autodeclaração como negro. Passando as considerações finais e encerramento, a Vice-
238 Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach agradeceu a participação de todos, encerrando o
239 primeiro dia de reunião. Dando início aos trabalhos do segundo dia, o Presidente Paulo Roberto
240 cumprimentou a todos e realizou uma saudação especial à convidada, Sra. Karen Dido Sansson.
241 Agradeceu pelo trabalho desenvolvido por todos os conselheiros desse Conselho e desejou boas
242 festas neste fim de ano. Em seguida, solicitou que fosse verificado o quórum. Verificada a falta de
243 quórum, aguardou-se o prazo regimental para início formal da reunião. O Conselheiro Sérgio
244 Eduardo Menezes Silva aproveitou o momento para agradecer o Presidente e o Secretário-
245 Executivo do CNPIR pela dedicação e pela gentileza no atendimento das demandas de todos os
246 conselheiros. Dando início formal a reunião, o Sr. Helbert Garandy Pitorra recordou que a pauta e a
247 ordem do dia foram apreciadas no primeiro dia de reunião, passando ao primeiro item de pauta.
248 Iniciando a apresentação CONIB – Confederação Israelita do Brasil, a Sra. Karen Dido Sansson
249 discorreu que a CONIB é um órgão de representação e de coordenação política da comunidade
250 judaica brasileira sem fins lucrativos, destacando que a sua atuação é amparada pelos princípios da
251 paz, democracia e combate à intolerância, ao terrorismo e à injustiça social. Registrou que possui
252 caráter apartidário, representa os mais diferentes setores da comunidade judaica brasileira, foi criada
253 em 1948 e possui como papel fundamental o diálogo com a comunidade e os poderes executivos,
254 legislativos e judiciários no nível federal. Comentou que a CONIB é a representante da comunidade
255 em nível nacional, sendo que há 14 federadas nos estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito
256 Federal, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio
257 Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rondônia e Espírito Santo. Explanou que a entidade
258 possui três pilares: combate ao antissemitismo, combate à banalização do holocausto e defesa do
259 direito de existência do estado de Israel. Em seguida, apresentou o relatório de gestão 2014/2020 da
260 CONIB, destacando as principais conquistas e ações realizadas. Informou sobre a realização de
261 seminário, no dia 29 de fevereiro de 2022, no qual serão debatidos diversos assuntos,
262 principalmente, o discurso de ódio e a banalização do holocausto. Abrindo para manifestações, o
263 Presidente Paulo Roberto parabenizou pela exposição e discorreu que o CNPIR está adotando a
264 política de convidar pessoas qualificadas para apresentar sobre o seu segmento. Abriu a
265 oportunidade para os conselheiros sugerirem apresentações dos seus segmentos da mesma forma
266 que foi realizado pela CONIB para maior conhecimento. A Conselheira Ednalva Bispo dos Santos

267 justificou que não poderá permanecer até o final da reunião e o Conselheiro Juliano Bueno de
268 Araújo informou que lhe assustou o comentário realizado pela comunidade judaica em relação à
269 proximidade de políticos brasileiros com partidos ultranacionalistas alemães xenofóbicos e
270 vinculados a áreas nazistas. Relatou que a comissão a qual participa realizou algumas denúncias
271 importantes sobre a presença de núcleos de treinamento de jovens com viés nazista ou neonazista,
272 especialmente, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Registrou a falta de um
273 posicionamento duro da CONIB no sentido de atuar dentro do judiciário cobrando os estados e o
274 governo federal no sentido de inibir efetivamente esse tipo de atividade criminosa. A Sra. Karen
275 Dido Sansson explanou que a CONIB está atenta e ativa, ponderando que possuem uma parceira
276 com a Polícia Federal, sendo que alguns casos já foram julgados. Explanou que esse tipo de atuação
277 não é divulgado para garantir a segurança e acrescentou foi elaborado um livro sobre o discurso de
278 ódio em parceria com Fundação Getúlio Vargas (FGV), no qual explica como as situações podem
279 ser caracterizadas, verificadas e julgadas. A Conselheira Ruth Goldberg complementou afirmando
280 que há uma preocupação e supervisão em relação a todas as manifestações crescentes antissemitas,
281 antissionistas e neonazistas no Brasil. Destacou que a CONIB participou e apoiou a inserção do
282 ensino do holocausto dentro da Base Nacional Comum Curricular com o conhecimento e
283 informações relacionadas aos crimes. Salientou que houve uma manifestação contundente e
284 contrária quanto à vinda da Sra. Beatrix von Storch e convidou todos os conselheiros a seguirem as
285 redes da CONIB. A Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante agradeceu a todos os
286 conselheiros pelo trabalho realizado e parabenizou o governo por ter aberto um maior espaço para
287 as comunidades ciganas. O Sr. Helbert Garandy Pitorra parabenizou pela apresentação e informou
288 que está sendo articulada uma viagem do Secretário Nacional ao estado de São Paulo, na qual será
289 realizada uma visita à sede da CONIB para interlocuções. A Sra. Karen Dido Sansson agradeceu o
290 convite e enfatizou que a CONIB faz parte do CNPIR há várias gestões, salientando a importância
291 do seu trabalho. Prosseguindo à apresentação Ministério da Cidadania – Retorno, o Sr. Helbert
292 Garandy Pitorra informou que receberam um informe sobre a situação estabelecida no estado da
293 Bahia diante o grande volume de chuvas, o que pode ter inviabilizado a presença do representante
294 do Ministério da Cidadania nessa reunião. Registrou que ainda não possuem quórum suficiente para
295 aprovação da moção em desfavor da Fundação Cultural Palmares, ficando pendente apenas a
296 aprovação *ad referendum* do calendário de trabalho para 2022. Projetado novamente o calendário de
297 trabalho para 2022, o Conselheiro Juliano Bueno de Araújo registrou o seu incomodo com a

298 aprovação *ad referendum* do calendário, solicitando que não seja aprovado sem o número mínimo
299 de conselheiros necessários. Lembrou que, no primeiro dia de reunião, sugeriu a elaboração de carta
300 aberta assinada por todas as entidades ou conselheiros do CNPIR para tornar pública a falta de
301 quórum suficiente para deliberação nas reuniões. O Presidente Paulo Roberto explicou que o
302 Regimento Interno do CNPIR não trata sobre as aprovações por *ad referendum*, porém, destacou a
303 relevância de aprovarem o calendário. A Conselheira Maria de Jesus Moura externou a sua
304 preocupação com essa situação que está sendo repetida ao longo do ano, sugerindo marcar uma
305 reunião extraordinária para chamar os conselheiros para a sua responsabilidade de participação.
306 Feitas todas as manifestações sobre o assunto, consensou-se pela realização de reunião
307 extraordinária, no dia 28 de dezembro, para aprovação do calendário de trabalho referente ao
308 exercício de 2022 e da moção em desfavor da Fundação Cultural Palmares e tratar sobre as
309 ausências recorrentes de conselheiros. Dando sequência, passou-se aos informes gerais, o Sr.
310 Helbert Garandy Pitorra desejou feliz natal e ano novo aos conselheiros e solicitou que as
311 organizações da sociedade civil realizasse interlocução com as entidades que ainda não assinaram o
312 seu termo de posse, a saber: Instituto de Tradições e Cultura Afro-Brasileira, Instituto de Cultura,
313 Desenvolvimento Social e Territorial do Povo Cigano do Brasil, Associação Nacional das Mulheres
314 Ciganas e Federação Nacional de Associações Quilombolas – FENAQ. A Conselheira Helderli
315 Fideliz Castro de Sá Leão Alves sugeriu o envio de ofício às entidades que estão ausentes,
316 juntamente com a convocatória para a reunião extraordinária. Prosseguindo às considerações finais
317 e encerramento, o Presidente Paulo Roberto registrou o desconforto diante às situações de ausências
318 de conselheiros, as quais comprometeram os trabalhos do Conselho. Desejou a todos os sentimentos
319 de fraternidade, alegria e amor e agradeceu a participação e apoio dos conselheiros, encerrando a
320 76ª Reunião Ordinária do CNPIR.